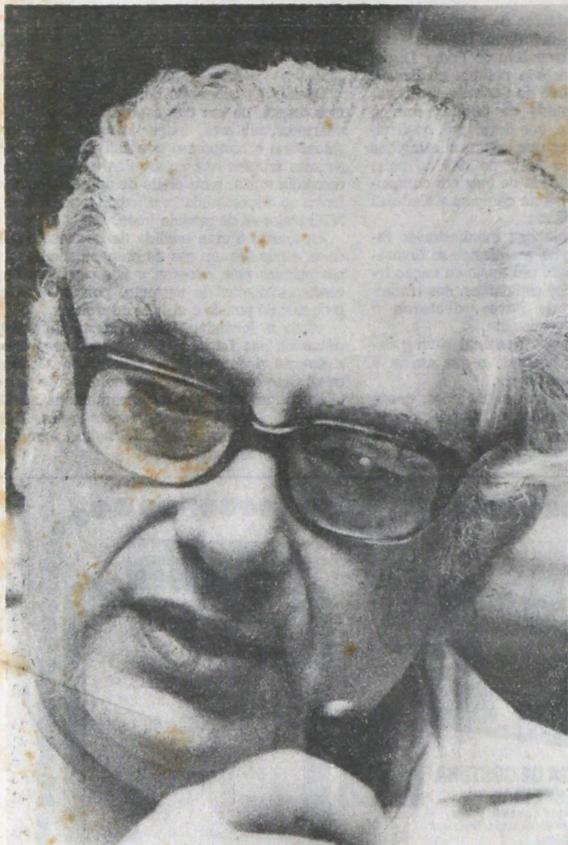


Geisel em julgamento

Schemberg e Rocha e Silva analisam a ação do ex-presidente

Textos de Ana Maria de Freitas



SICHEMBERG

«Até os nossos tecnocratas são despreparados»

«Falta de solução agravou problemas»

— Não se pode debitar todos os problemas do ensino de hoje ao Governo Geisel. O que ocorreu é que, não tendo sido resolvidos, os problemas foram agravados.

Essa é a opinião do físico Mário Schemberg, aposentado desde 69 pelo AI-5. Para o ex-professor, que faz uma análise do ensino no Brasil atual várias foram as causas da grave crise em que se encontra o ensino e que são, em grande parte, reflexo da reforma universitária de 69.

— No Governo Médici, tivemos a criação de numerosas escolas particulares que agora são verdadeiras fábricas de diplomas. O nível do ensino, nessas faculdades, é baixíssimo e, o que é mais grave, elas colocam no mercado o correspondente a 2/3 do total de profissionais habilitados todos os anos, afirma Schemberg.

O baixo nível

Ele lembra que essa é uma situação incompreensível, pois o próprio estudante dessas escolas é duplamente onerado, pelo baixo nível do ensino e pelo preço que paga por uma escola deficiente. Se o nível das escolas e universidades governamentais é um pouco menos mediocre, Mário Schemberg admite que também nessas escolas os efeitos da reforma universitária se fizeram sentir.

— Temos hoje, nas universidades do Governo, um tipo de ensino comparável ao que se oferece numa universidade americana de nível mediocre.

O alongamento

Além desse problema, outro que Mário Schemberg ressaltava é o da duração dos cursos universitários, que foram alongados com a reforma, para suprir as deficiências do próprio curso superior. Ele diz que para se fazer um curso de doutoramento é necessário antes o mestrado, sendo que o mestrado é um aperfeiçoamento do curso de graduação que foi mal ministrado.

— As reformas visaram, essencialmente, formar profissionais de pouca capacidade. A prova disso é a falta de crítica que se tem hoje no ensino das universidades e que é responsável direta pela existência de elementos medíocres.

Para Schemberg, o preparo de um país depende do ensino que tem e a prova de que esse não é o melhor caminho «são os tecnocratas do Governo, eles próprios completamente despreparados».

A solução para esses problemas, segundo Schemberg, seria uma reforma total no ensino que teria que começar pelo encurtamento do curso secundário.

— O estudante cria vícios insanáveis nos cursos secundários e nos cursinhos pré-universitários, afirma.

O War College

Outro fato que o ex-professor ressaltava é o da baixa remuneração dos professores de nível médio «com o que não se pode exigir um grau de ensino ao menos razoável». Frisa, ainda, que o estado caótico em que se encontra a Universidade é o próprio estado da sociedade brasileira.

— O Brasil adotou uma política de segurança e desenvolvimento elaborada pelo War College, dos Estados Unidos e feita para ser aplicada em todos os países subdesenvolvidos, sob a tutela daquele país. Já em 1954 o primeiro a adotar essa política foi o Irã, seguido posteriormente pela Indonésia e o Brasil.

Para o físico, essa política produziu resultados desastrosos em todos esses países, «o que está sendo reconhecido até mesmo em documentos oficiais».

O «milagre»

— A falência do nosso «milagre econômico», em '73, foi atribuída à alta do petróleo mas o próprio beneficiado por esse aumento, o Irã, sofreu os mesmos tipos de problemas, o que prova a concepção de desenvolvimento econômico é que está historicamente superada. Se, no Governo Geisel, tivemos uma liberalização do regime, quanto foram abolidos os aspectos mais chocantes da legislação excepcional, por outro lado, a política de desenvolvimento não foi revista.

— Foi preciso que houvesse concessões, pois desde '73, começaram a se revelar descontentamentos e uma grande descrença no regime. Junto tivemos o aumento da miséria e da dívida externa.

A relatividade

Mário Schemberg lembra, no entanto, destacando a relatividade da abertura que as eleições de '74 foram as livres que as de '76 e '78 pois naquela época não havia ainda a Lei Falcão.

— Democracia não se pode ainda dizer que exista e a maior prova é que todos os cargos governamentais são hoje ocupados por pessoas que não foram eleitos pelo povo.

Para ele, a extinção do AI-5 «já é um fator positivo para que haja um grande debate nacional em que se discuta o caráter da época em que vivemos».

«A política do desenvolvimento econômico — diz — que foi implantada no Brasil quando os economistas mais sagazes já percebiam que era um erro, deve ser discutida pois o simples aumento da produção não resolve os nossos problemas».

Anistia ampla

Mário Schemberg que foi atingido de diversas maneiras pelo AI-5 (que proibiu a sua atuação como professor da USP, como professor do Centro Brasileiro de Pesquisas em Física e como crítico da Bienal) acha que a reintegração dos atingidos por esse instrumento só poderá ocorrer definitivamente através de uma anistia ampla, geral e irrestrita. E se houve aspectos positivos no governo Geisel, do ponto de vista dos Direitos Humanos («acredito que com a maior liberdade de imprensa que hoje existe é menos provável que se pratique torturas») não se pode dizer, ainda, que o país está democratizado.

— Abertura de fato só com anistia. E uma constituinte votada pelo povo que nos dê uma constituição diferente desta que não foi aprovada por ninguém.



ROCHA

«Um julgamento apressado pode ser ilegítimo»

«Não se pode negar, foi ele que abriu»

O professor Mauricio Rocha e Silva considera que ainda é cedo para um julgamento histórico do governo Geisel. Como cidadão ele ainda não compreende como, «de forma pensada», um governo pode se confrontar com a crise mais extravagante da nossa República: o fechamento do Congresso. Que tivesse sido fechado e não mais reaberto, como foi capaz de fazer Getúlio Vargas, o professor ainda compreenderia, já que crises ditatoriais ele viveu e muitas.

Mas um Congresso que é fechado e logo depois reaberto, obrigando-se os deputados a votar, transformando-se a Constituição «num farrapo de papel», isso já é demais para a compreensão de Mauricio Rocha e Silva, professor da Faculdade de Farmacologia da USP, em Ribeirão Preto.

Presidente de Honra da SBPC, esse professor tornou clara uma crise naquela entidade quando, no ano atrasado, em plena sessão de encerramento, o presidente Oscar Sala demitiu-se por causa de um telegrama. Esse telegrama era de Mauricio Rocha e Silva que pedia explicações sobre o envolvimento do presidente da entidade com o então Governo João Baptista Figueiredo.

A ABERTURA

Se Rocha e Silva não concordam em fazer um balanço do governo Geisel — «pois um julgamento apressado pode ser ilegítimo» — por outro lado ele não deixa de observar que «certas atitudes de Geisel, como o «pacote de abril», excederam a tudo o que se poderia esperar de um presidente». E, «se ele foi obrigado a abrir ou não, o fato é que abriu, apesar de que, pessoalmente, eu não tenha muita confiança nessa abertura».

Na verdade, do que o professor gosta e sabe falar é sobre ciência e Universidade. E nesses dois assuntos ele coloca, sem sombra de dúvida toda a sua visão política sobre o governo Geisel:

— O espírito de Brasília se reflete inteiramente na Universidade, nos rumos que foram traçados para o campo da ciência, nas arbitrariedades cometidas.

Para Mauricio Rocha e Silva, a USP sofreu as consequências diretas de uma política implantada depois de 64 na qual a política ideológica tem a sua maior expressão. Ele explica que a partir dessa época os professores passaram a sofrer uma triagem não identificada que barrou o ingresso de muitos sem possibilidade de defesa.

— E nisso tudo o governo federal estava certamente envolvido e pode ser diretamente responsabilizado, afirma.

SEMPRE O AI-5

Outra arbitrariedade apontada pelo professor: o AI-5 na Universidade, «que o presidente Geisel fez uso e abuso antes de eliminá-lo». Para ele, o que não se compreende, ainda, é que um homem, que pretendia liberalizar o regime tenha usado esse instrumento de todas as formas possíveis, desde a cassação de mandatos, à edição do «pacote de abril».

— O fato é que o presidente Geisel, enfim, aceitou que continuassem cassados 68 professores só na Universidade de São Paulo.

— Talvez a culpa não seja só dele, ressalva o professor, talvez o maior culpado tenha sido o professor Gama e Silva — «que Deus o tenha» — que fez aplicar o AI-5 na Universidade. Mas, enfim, a crise que atravessa hoje a Universidade, para o professor, é um reflexo direto das cassações, aposentadorias e outras arbitrariedades. E, se hoje, em quanto se comemora o centenário de Einstein, se fala da inexistência de trabalhos à sua altura, Mauricio Rocha e Silva lembra que professores como Mário Schemberg ou Leite Lopes poderiam ter feito escola e formado milhares de seguidores.

— Geisel não fez nada para reduzir os efeitos do AI-5 e não me consta que tenha feito qualquer apelo a reintegração dos professores e da ciência, queixa-se. Pelo contrário, ele fez parte dos interesses da Revolução que se prezaram por esmagar a ciência.

O CASO DA SBPC

Mais grave que isso, Rocha e Silva, recorda, foi a tentativa séria, no governo Geisel, de se impedir a realização da 29ª reunião da SBPC que seria em Fortaleza e foi transferida para São Paulo.

«Aqui, pela má vontade do reitor da USP, a reunião acabou se realizando na PUC e, ao contrário do que se queria, foi a mais concorrida e um verdadeiro fórum de debates».

O professor lembra que, desde 64, a SBPC tem lutado para manter-se a despeito dos embargos que sofreu. E, em '77 «a tentativa de se arrolhar as consciências saiu pela culatra» pois a SBPC nessa época era o único local onde o cientista podia se manifestar, e não só ele. Os alojamentos foram cedidos pela população, pintores entregaram seus quadros, shows foram feitos em benefício da SBPC. O que prova que a proibição do encontro em Fortaleza produziu um paradoxo, que, por sinal, para o professor, coincide com a característica do governo Geisel:

— Acho que esse governo estabeleceu uma democracia que eu chamo de intermitente: de vez em quando se abriu para observar aqueles que se sobressaíam e depois cassá-los.

A CENSURA

Outro fato que o professor destaca, não só como produto do governo Geisel é a censura a livros estrangeiros mesmo que sejam científicos. Junto com isso a proibição de se importar livros ou materiais essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

— Criou-se, no Brasil, um ambiente antiintelectual que foi mantido pelo presidente Geisel, diz Rocha e Silva.

E que não venha o governo dizer que nossa censura não existe porque há bem pouco tempo atrás, o professor recebeu dos Estados Unidos um pacote de livros. Eles foram abertos e remexidos e agora a alfândega tenta cobrar uma taxa de «depósito», contra a qual Rocha e Silva além de protestar, diz que não paga. E conclui:

— Toda a consequência dos atos de arbitrio praticados até hoje tiveram resposta do povo nas eleições, mostrando que Geisel se tornou cada vez mais impopular.

Padre Reis, da PUC, diz que com Geisel houve uma mudança

O padre João Edênio dos Reis Valle, vice-reitor da Pontifícia Universidade Católica, respondeu ontem a duas perguntas a respeito da atuação do presidente Geisel.

Se o sr. tivesse que dar uma nota a Geisel de 0 a 10, que nota daria em matéria econômica e política?

«Não me parece possível traduzir em uma nota a opinião sobre um governo qualquer, em matéria de economia e política. Vai apenas um «flash» geral, colhendo as impressões e juízos mais salientes».

Politicamente, o Governo Geisel me pareceu caracterizar-se pelos autoritarismos pessoais. Certas atitudes e medidas extremamente autocráticas passaram à história com a marca registrada do general Geisel.

Paradoxalmente, como contra-nota, este Governo nos deixa uma «abertura relativa», construída com igual teimosia pessoal, dentro de uma concepção política, de um cronograma e de um dispositivo jurídico largamente arbitrários. Mas o fato é que embora sem nossa participação, o fim do Governo Geisel está nos «outorgando» uma via à democracia.

Economicamente, Geisel manteve e mesmo reforçou o modelo econômico já vigente. Como um todo, ficamos marcando passo ou mesmo retrocedemos (acumulação da renda, emprobecimento popular, inflação, dívida externa). No balanço geral, a dimensão econômica do Governo Geisel parece-me ser ainda mais negativa que a política.

Geisel foi melhor ou pior que o antecessor Médici? Por quê?

O período Médici, pela total ausência de liberdade política e pelo engano do «milagre» apresentado ao povo, correspondeu a uma fase obscura. Geisel deu um passo em direção à mudança. Por esta razão, o Governo Médici, como um todo, foi o mais fosco de nossa história recente.

Exército convoca seu Alto Comando para terça-feira

BRASÍLIA — O ministro do Exército, general Walter Pires, presidirá no próximo dia 27, a primeira reunião do alto comando da Força da qual participarão todos os membros efetivos daquele órgão para votar, a lista de nomes que concorrerá a 3 vagas de generais-de-exército, quatro de general-de-divisão e oito de general-de-brigada, que serão submetidos à escolha do presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Da pauta da reunião do dia 27 consta ainda explanação do chefe do Estado-Maior do Exército, general Samuel Correa, e dos chefes do Departamento Geral de Serviço e Geral do Pessoal, respectivamente generais Antonio Carlos de Andrada Serpa e Ruy de Paula Couto.

Durante o encontro, o general Argus Lima, comandante do I Exército, que terá sua transferência para a reserva assinada amanhã pelo presidente da República, fará sua despedida do Alto Comando.

Integram-no como membros efetivos, o ministro do Exército, general Walter Pires, que o convoca, os generais comandantes dos quatro Exércitos, dos cinco departamentos setoriais, o chefe do Estado-Maior do Exército e o secretário-general da Arma. Participam, mas sem direito a voto, os titulares dos comandos Militares do Flanalto e da Amazônia e o chefe do Centro de Informações.

O almirantado

O ministro da Marinha, almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, convocou para terça-feira, a primeira reunião do almirantado, na sua administração. O Ministério da Marinha informou ontem que durante o encontro realizado no Rio, serão examinadas as promoções, cuja assinatura, pelo presidente Figueiredo, está prevista para o dia 31.

Existem duas vagas de almirante-de-esquadra — último posto da carreira militar na Armada; duas de vice-almirante e quatro de contra-almirante. Para o corpo de engenheiros e técnicos navais, será também indicado um contra-almirante.